



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

### Requerimento de Informação n° 558/2023

Processo Número: **30009/2023** | Data do Protocolo: 29/09/2023 15:53:16

Autoria: **Maurici**

Assinaturas Indicadas:

Ementa: **Requer ao Sr. Secretário Estadual de Segurança Pública de São Paulo informações sobre estudos acerca da utilização de câmeras corporais pelos policiais militares do Estado.**





## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Segundo matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo em 26/09/2023, a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) abandonou um estudo científico sobre os efeitos da instalação de câmeras corporais no comportamento dos policiais militares em São Paulo.[1]

Concomitantemente, sempre segundo o jornal, a SSP (Secretaria de Segurança Pública) deixou a análise das câmeras corporais de fora de uma pesquisa (feita por meio de convênio entre a FVG e a SSP) sobre o uso de tecnologia na área da segurança pública.

Nos termos do artigo 20, XVI, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requeiro que se officie ao senhor Secretário Estadual de Segurança Pública de São Paulo, sr. Guilherme Derrite, ou quem lhe faça as vezes, requisitando-lhe respeitosamente que, tendo em vista os três valores descritos nos parágrafos anteriores, separadamente e de modo identificado, forneça as seguintes informações:

1. São verdadeiras as informações trazidas pela matéria jornalística?
2. Qual a justificativa para descontinuar o estudo científico sobre os efeitos da instalação de câmeras corporais no comportamento dos policiais militares em São Paulo?
3. Qual a justificativa para ter deixado a análise das câmeras corporais de fora da pesquisa (feita por meio de convênio entre a FVG e a SSP) sobre o uso de tecnologia na área da segurança pública?
4. A intenção era que a segunda fase examinasse dados de pelo menos mais um ano, por que a segunda fase foi cancelada?
5. Como o governo de São Paulo e a SSP/SP pretendem continuar a avaliar a eficácia e os efeitos do uso das câmeras corporais pelos policiais militares em São Paulo? Como serão trazidas a público essas avaliações?
6. Como continuarão a ser divulgados os dados sobre o uso de câmeras corporais pelos policiais militares em São Paulo?

### JUSTIFICATIVA

Pesquisa sobre os efeitos da instalação de câmeras corporais no comportamento dos policiais militares em São Paulo apontava melhora no desempenho dos batalhões que usam o equipamento, o que desautoriza discursos do atual governador feitos durante a campanha eleitoral. No dia 14/10/2022 o então candidato afirmou:

*"A câmera inibe o policial, tem atrapalhado a produtividade. Mas isso é uma percepção. Vamos chamar as forças de segurança, avaliar do ponto de vista técnico o aperfeiçoamento da política pública".[2]*

Embora tenha prometido fazer uma avaliação técnica do uso das câmeras durante a campanha, no exercício do cargo o governador parece ter adotado uma postura diametralmente oposta, descontinuando um estudo científico que avaliava o impacto das câmeras corporais e excluindo as câmeras corporais do objeto de outro estudo sobre o uso de tecnologia em segurança pública.

A primeira fase da pesquisa sobre as câmeras corporais mostrou que a implementação dessa tecnologia foi duplamente positiva: além de uma redução da letalidade, houve um aumento de produtividade, com um incremento de 102% nos registros dos casos de violência doméstica e de 24% nas apreensões de armas de fogo. As conclusões do estudo técnico são de que a tecnologia das câmeras corporais "cumpriu





um papel fundamental na redução do uso excessivo da força". O artigo da Folha de São Paulo também destaca que, durante a adoção das câmeras corporais, "as mortes de policiais em serviço caíram ao nível mais baixo já registrado."

Políticas de segurança pública devem se guiar por critérios técnicos e não devem servir de trampolim político para a espetacularização punitivista, ou seja, a finalidade dessas políticas deve ser promover o bem-estar da comunidade e dos policiais e não a promoção política do gestor em exercício.

Compreende-se que as respostas às informações solicitadas no presente requerimento servirão para compreender e avaliar se haveria ou não um desvio de finalidade na noticiada recusa, por parte de administradores, em realizar estudos técnicos sobre os efeitos da implementação da tecnologia das câmeras corporais sobre a atuação de policiais militares no Estado de São Paulo. Tais informações permitirão a adoção das providências necessárias pelo Poder Legislativo, se for o caso.

[1] Fonte: <https://comentarios1.folha.uol.com.br/comentarios/6270218?skin=folhaonline>

[2] Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/14/tarcisio-recua-sobre-cameras-corporais-da-pm-e-agora-diz-que-vai-avaliar-uso.htm?cmpid=copiaecola>

**Maurici**



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100340031003800330033003A005000

Assinado eletronicamente por **Maurici** em **29/09/2023 13:08**

Checksum: **477C920BDF086DB526471FB86007D3C3D95DC8E97413E8E18EB768EC7B6B998D**



---

Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3100340031003800330033003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.